

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003
Fl. 276

INFORMAÇÃO N.º 39/03

PROCESSO Nº 105/2003 (2 volumes, 5 anexos)

ORIGEM: Companhia de Saneamento do Distrito Federal - Caesb

ASSUNTO: Licitação

EMENTA: Análise de edital da Concorrência nº 023/2002 – CAESB. Alterações no Edital. Majoração dos valores estimados acima dos indicadores utilizados pela construção civil do Distrito Federal. Suspensa a abertura das propostas de preço. Diligência para apresentar a motivação dos atos que ensejaram o reajuste. Esclarecimentos insuficientes. Inspeção. Falhas na composição dos preços unitários, sem comprometimento no valor total do Certame. Pela continuidade da Licitação. Pela determinação de prazo para correção das falhas apontadas e informação das providências adotadas.

Senhora Diretora,

Tratam os autos da análise do Edital de Licitação nº 023/2002, em curso na Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB, atinente à concorrência do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preços unitários, para a execução das obras para implantação de redes coletoras de esgotos, interceptores e travessias nos trechos 1, 2 e 3 do bairro Taquari, Lago Norte, RA XVIII.

2. Na última assentada, o Tribunal, mediante Decisão nº 765/03, ciente da elevação expressiva dos preços previstos para execução das obras, resolveu (fls. 73):

"II – determinar à CAESB que: a) apresente ao Tribunal, no prazo de 05 (cinco) dias, a motivação dos atos que ensejaram a majoração de 44,71%, 42,55% e 42,02% dos valores estimados para execução de todos os serviços e fornecimentos de material/equipamentos, respectivamente, dos lotes 1, 2 e 3 objeto da concorrência em apreço, encaminhando os documentos que fundamentaram a aplicação dos respectivos percentuais de reajustamento, tendo em vista que os principais indicadores utilizados pela construção civil de Brasília apontam uma elevação de custo da ordem de 16,1% a

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003
Fl. 277

34,0%, no período de outubro de 2000 a agosto de 2002; b) dar continuidade à licitação, mas suspenda-a antes da abertura dos envelopes da proposta até nova decisão deste Tribunal".

3. Desta feita, examinam-se os argumentos trazidos aos autos pela jurisdicionada, mediante ofício de fls. 75/76 e respectivos anexos (fls. 77/190).

4. No referido ofício, o dirigente da empresa, preliminarmente, justifica o atraso de três dias no cumprimento da diligência *“especialmente em razão do feriado de carnaval”*. A alegação procede, em face, principalmente, do exíguo prazo concedido – cinco dias.

I – ANÁLISE

5. Quanto ao mérito do reajustamento do orçamento base do certame, a empresa esclareceu, em síntese, que *“a última atualização da Tabela de Preços Unitários da CAESB se verificou em outubro/1999”*; a tabela de outubro/2000 é apenas uma reedição da tabela do ano anterior; *“nos três primeiros trimestres de 2002, realizaram junto a fornecedores levantamentos de preços de mercado para insumos, equipamentos, materiais e mão-de-obra visando à atualização da referida Tabela”*; *“a CAESB não adota reajustamento linear de sua Tabela, por meio de índices genéricos ou setoriais, mas, sim, promove levantamentos e verifica cotações para cada item mediante consulta ao mercado, lançando os valores obtidos na sua composição de preços de maneira individualizada”*, o que justificaria as *“variações nos percentuais de reajuste entre os diversos itens”* (fls. 75/76). Adicionalmente, a empresa encaminhou tabelas contendo os preços de cada item, constantes da tabela anterior e da atual, com a respectiva variação percentual (fls. 77/190). Requereu, por fim, o acolhimento dos argumentos apresentados, colocando-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizessem necessários.

6. Do exame dos argumentos e tabelas apresentados, concluiu-se pela insuficiência das informações para obter-se uma conclusão acerca da razoabilidade dos acréscimos de preços nos orçamentos base para o certame. Esse fato motivou a realização de inspeção na CAESB em busca de informações complementares.

7. Preliminarmente, buscou-se confirmar a afirmação acerca de a Tabela de 10/2000 tratar-se de mera reedição da Tabela de 10/1999. De fato, conforme se depreende do Relatório que subsidiou a Resolução nº 131/2000, que aprovou a Tabela de Preços Unitários de Serviços nº 001/2000 – outubro/2000 (fls. 195/197), os preços unitários aprovados *“são exatamente os mesmos da Tabela 01/99 – outubro/99, excetuando-se os novos serviços acrescentados”*. Desse modo, a variação dos indicadores demonstrada na Informação nº 011/2003 (fls. 64) não se refere ao período efetivamente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003

Fl. 278

transcorrido entre as atualizações de preços realizadas pela CAESB, de 10/99 a 08/02. A tabela a seguir traz a evolução dos mesmos índices considerando esse período.

Descrição	Out/99	Ago/02	Acum. 02/99
IGP (oferta global)	168,423	230,343	36,8%
IGP (disponibilidade interna)	170,182	232,818	36,8%
INCC (média geral)	178,574	226,968	27,1%
IPC (despesas diversas)	147,215	174,931	18,8%
IPA - máquinas, veículos e equipamentos	144,711	185,835	28,4%
ICCB (custo Brasília)	175,161	224,504	28,2%
Materiais de Construção - DF	149,749	198,446	32,5%
Mão de Obras- DF	209,157	260,777	24,7%
INCC (edificações)	178,574	226,968	27,1%
INCC (Obras Portuárias)	158,839	208,167	31,1%
Combustíveis e Lubrificantes Ind. De Transp.	214,409	379,776	77,1%

Fonte: ASBRACO - Associação Brasileira de Construtores (www.asbraco.org.br e fls. 61 e 198).

8. Dentre os indicadores acima, destacam-se os relativos aos custos de construção e mão-de-obra no Distrito Federal, cuja evolução média foi de 28,5%. Contudo, esse percentual revela-se ainda aquém da elevação média de 43,3% no valor global das obras do objeto da Concorrência nº 023/2002, motivo pelo qual fez-se necessário exame mais acurado acerca da razoabilidade dos acréscimos de preços nos orçamentos que servem de base para o certame.

	Edital original (Tabela 10/2000)	Edital alterado (Tabela 08/2002)	Diferença
Lote 01	1.825.669,61	2.641.966,11	44,7%
Lote 02	666.093,48	949.509,01	42,5%
Lote 03	1.788.148,78	2.539.551,26	42,0%
Total	4.279.911,87	6.131.026,38	43,3%

Fonte: Orçamentos constantes dos Anexos I e II.

I.1 – Itens Relevantes com Acréscimo Acima da Média

9. Dada a enorme quantidade de itens constantes desses orçamentos, optou-se pela seleção dos que, em razão de seu peso nos custos totais e do percentual de incremento nos seus preços, mais contribuíram para o crescimento do valor estimado para as obras. Conforme indicado na tabela abaixo, que consolida os três lotes do Certame, dez itens, que representam 46,3% do valor global das obras, sofreram aumento médio de 65,4%, contra 28,4% de todos os demais, que tiveram majoração dentro do esperado.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003

Fl. 279

Código	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Preço Unit. 10/00	Preço Unit. 08/02	Preço do Item 10/00	Preço do Item 08/02	Varição %
123455	TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 150 MM	m	9.894,00	11,79	18,59	116.650,26	183.929,46	57,7%
123463	TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 200 MM	m	2.352,00	18,22	29,19	42.853,44	68.654,88	60,2%
123471	TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 250 MM	m	4.434,00	31,24	49,77	138.518,16	220.680,18	59,3%
124330	TUBO PVC REFORÇADO PB JE DN 100 MM	m	83.562,00	4,37	7,42	365.165,94	620.030,04	69,8%
040539	EXTRACAO DE ROCHA A FRIO EM VALAS	m3	3.899,31	152,51	254,56	594.683,77	992.608,35	66,9%
040940	TRANSPORTE MECANICO DE MATERIAL A GRANEL EM CAMINHAO BASCULANTE	m3*km	84.802,14	0,81	1,40	68.689,73	118.723,00	72,8%
050101	ESCORAMENTO EM MADEIRA TIPO PONTALETEAMENTO PARA VALAS ATE 5,00M DE PROFUNDIDADE	m2	19.771,17	2,48	4,07	49.032,50	80.468,66	64,1%
050105	ESCORAMENTO DESCONTINUO EM MADEIRA PARA VALAS ATE 5,00M DE PROFUNDIDADE	m2	11.504,75	6,66	9,68	76.621,64	111.365,98	45,3%
050110	ESCORAMENTO CONTINUO EM MADEIRA PARA VALAS ATE 5,00M DE PROFUNDIDADE	m2	7.779,84	14,92	23,35	116.075,21	181.659,26	56,5%
150801	EXECUCAO DE PAVIMENTACAO, PASSEIO EM CONCRETO FCK=13,5 MPA E= 5,0 CM	m2	9.246,85	15,87	28,00	146.747,51	258.911,80	76,4%
Total						1.715.038,16	2.837.031,62	65,4%
Percentual do Valor Global						40,1%	46,3%	
Valor Global						4.279.911,87	6.131.026,38	43,3%
Demais Itens						2.564.873,71	3.293.994,76	28,4%

Fonte: Orçamentos constantes dos Anexos I e II, e fls. 273/275.

10. Em seguida, buscou-se a decomposição do preço de cada item da Seleção, para identificar os componentes (subitens) que mais contribuíram para o elevado incremento em relação à base de preços de 10/2000.

I.1.1 – Materiais Fornecidos pela Contratada: Itens 123455, 123463, 123471 e 124330

11. A seleção contém quatro itens de Materiais Fornecidos pela Contratada, sendo todos tubos de PVC de diferentes especificações. Esses itens somam R\$ 1.093.294,56, correspondente a 91% de um total de Materiais Fornecidos pela Contratada de R\$ 1.203.422,85 (fls. 272).

12. A composição dos preços desses materiais é o valor pesquisado no mercado, acrescido da diferença de ICMS e da taxa de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI, de 12%, conforme metodologia aprovada pela CAESB para a Tabela de Preços Unitários de 10/1999 (fls. 208, 209 e 216).

13. Os preços desses itens, cotados junto à empresa Tigre S.A. – Tubos e Conexões, embutem o ICMS somente com a alíquota interestadual de 7% e devem ser ajustados para o ICMS distrital de 17%. Esse ajuste, contudo, foi feito de forma incorreta pela CAESB, tanto na Tabela de 1999/2000 quanto na de 2002. Ao valor cotado no mercado foi acrescido 10% a título de complemento de ICMS, fazendo com que esse percentual incidisse sobre a parcela do Imposto já contida no preço, quando o correto seria primeiro retirar os 7% embutidos no preço orçado e, em seguida, incluir os 17% devidos (dividir por 1,07 e multiplicar por 1,17). A impropriedade representou acréscimo de 0,6% nos custos finais desses materiais.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003

Fl. 280

14. O sistema informatizado de preços da CAESB, SODAE – Sistema de Orçamentos das Diretorias de Água e Esgotos, aplica ao preço de mercado de Materiais Fornecidos pela Contratada um fator multiplicador de 1,232 (fls. 202 e 203), composto da diferença de ICMS de 10% e do BDI de 12% ($1,10 \times 1,12 = 1,232$). Contudo, verificou-se que os preços inseridos na base de dados do Sistema SODAE, fornecidos pela Coordenadoria de Apoio da Superintendência de Expansão de Esgotos – COAP/SPEE, já continham acréscimo de 10% relativos à diferença de ICMS. Portanto, a diferença de ICMS foi computada duas vezes. Os erros de procedimento representaram acréscimo de 10,7% nos custos finais de três dos quatro materiais selecionados.

	Orç. Tigre 15.07.02 c/ ICMS 7%	Valor inserido no SODAE	Diferença %	Preço Unitário Correto	Tabela 2002 CAESB	Diferença no Preço Unitário (%)
	(A)	(B)	(B-A)/A	$(C = A \times 1,17 / 1,07 \times 1,12)$	(D)	(D-C)/C
TUBO PVC REFORÇADO PB JE DN 100 MM	6,96	6,02	-13,5%	8,52	7,42	-12,9%
TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 150 MM	13,72	15,09	10,0%	16,80	18,59	10,7%
TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 200 MM	21,54	23,69	10,0%	26,38	29,19	10,7%
TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 250 MM	36,36	40,40	11,1%	44,53	49,77	11,8%

15. Especificamente em relação ao item 124330 – Tubo PVC Reforçado PB JE DN 100 mm, outro tipo de erro foi verificado. O valor inserido na base de dados do Sistema SODAE foi inferior ao valor orçado, fato que resultou em preço unitário menor em 12,9% em relação ao valor correto. Como esse item tem um peso significativo no total de Materiais Fornecidos pela Contratada, 52%, o erro mais que compensou o acréscimo mencionado no parágrafo anterior, mesmo que estendido para os demais materiais não constantes dessa seleção.

	Preço Unitário Correto	Tabela 2002 CAESB	Diferença no Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Diferença Total (R\$)
TUBO PVC REFORÇADO PB JE DN 100 MM	8,52	7,42	-1,10	83.562	-91.918,20
TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 150 MM	16,80	18,59	1,79	9.894	17.710,26
TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 200 MM	26,38	29,19	2,81	2.352	6.609,12
TUBO DE PVC VINILFORT PB-JE D = 250 MM	44,53	49,77	5,24	4.434	23.234,16
TOTAL					-44.364,66

I.1.2 – Serviços

16. Passando aos itens de serviços, faz-se necessária uma análise individualizada de cada um deles, dada a maior complexidade da composição de seus custos, formada por diversos subitens de materiais, mão-de-obra e equipamentos, além da taxa de BDI, de 31%, conforme Relatórios Analíticos de Composição de Serviços (fls. 218/230).

17. Cabe esclarecer que a diferença entre os custos totais constantes dos relatórios acima mencionados e aqueles integrantes dos orçamentos do Certame deve-se à aplicação de fator redutor de 10% nos últimos, conforme Resolução de Diretoria nº 35/99 (fls. 216).

18. O arredondamento após a aplicação desse redutor explica pequenas diferenças nos percentuais de incremento de preços verificadas quando toma-se por base a evolução dos preços a partir dos orçamentos (tabela do § 9º) ou dos Relatórios Analíticos de Composição de Serviços (item I.1.2).

I.1.2.1 – Extração de Rocha a Frio em Valas – 040539

19. Dentre esses itens, o de maior representatividade na seleção é o 040539 – Extração de Rocha a Frio em Valas, que, isoladamente, importa no montante de R\$ 992.608,35, que corresponde a 16,2% do custo total estimado no Certame, e, em relação à tabela de preços de 10/2000, sofreu acréscimo de 66,9%.

20. Constam às fls. 218/219 os Relatórios Analíticos de Composições de Serviços relativos ao Item, referentes às datas-base 10/2000 e 08/2002. Da comparação entre esses documentos, verifica-se que os subitens que mais contribuíram na majoração do preço foram os de equipamentos e a taxa de BDI.

21. Buscou-se, então, o detalhamento dos custos dos três equipamentos que compõem o serviço em exame, obtido nas Tabelas de Custos de Equipamentos, para as datas-base de 10/2000 e 08/2002 (fls. 245/251), e na Tabela de Dados Gerais de Equipamentos (fls. 252/255). Dessas tabelas, verificou-se que o componente que mais contribuiu para a majoração dos preços foi o Custo Horário de Mão-de-Obra, que sofreu incremento de 87% e constitui parcela significativa do custo de cada equipamento.

22. O Custo Horário de Mão-de-Obra, por sua vez, é calculado a partir do Salário/Hora Mínimo Horista (código 1821) e representa o custo da mão-de-obra de operação de cada equipamento (fls. 244 e 252/253). Verificou-se, a partir do exame das Tabelas de Preços de Mão-de-Obra que serviram de base para os orçamentos de 2000 e 2002 (fls. 269/270) e dos memoriais de cálculo (fls. 236/238), que na tabela de 2000 o item foi calculado a partir do Salário Mínimo

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003
Fl. 282

Nacionalmente Unificado e na tabela de 2002, teve por base o piso salarial da categoria de Servente informado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – Sinduscon-DF.

23. Na tabela de 2000, o custo unitário do subitem Salário/Hora Mínimo Horista utilizado foi de R\$ 1,70, correspondente ao Salário Mínimo Nacionalmente Unificado, de R\$ 136,00, dividido por 240 horas, totalizando R\$ 0,57, e acrescido de despesas indiretas e encargos sociais (fls. 236 e 269). Já na Tabela de 2002, o custo unitário do subitem tomou por base o piso da categoria de Servente, correspondente a R\$ 279,28, que resulta no custo horário de R\$ 1,16, que por sua vez foi acrescido de despesas indiretas e encargos sociais, resultando no valor unitário de R\$ 3,18 (fls. 238, 239 e 270).

24. A CAESB utilizou, portanto, metodologias distintas de cálculo para cada Tabela, sendo a correta a utilizada em 2002, que partiu do piso salarial que de fato é devido aos operadores dos equipamentos. Aplicando a metodologia correta à Tabela de 2000, a base do cálculo seria o custo horário do piso do Servente, de R\$ 1,02, ao invés do R\$ 0,57 baseado no Salário Mínimo Nacionalmente Unificado. O valor final, acrescido de despesas indiretas e encargos sociais, deveria ter sido de R\$ 2,72. A aplicação dessa metodologia resultaria, então, em custo unitário do subitem Salário/Hora Mínimo Horista 60% maior. Esse erro explica, portanto, parte da grande majoração observada no serviço de Extração de Rocha a Frio em Valas de 2000 para 2002.

25. A elevada majoração entre 2000 e 2002 deve-se também à alteração da taxa de BDI. Na tabela de 2002 foi utilizado o valor de 31% (fls. 219), ao passo que na tabela de 2000, a taxa utilizada foi de 14,9%, aproximadamente a metade (fls. 218).

26. O valor correto para BDI de serviços é 31%, conforme aprovado pela Resolução de Diretoria nº 35, de 15.09.99 (fls. 209 e 216). Assim, a aplicação de percentual inferior na Tabela de Preços Unitários de Serviços de 10/2002 é incorreta.

27. Fazendo o ajuste do valor da Tabela de 2000 do serviço de Extração de Rocha a Frio em Valas levando-se em conta o Salário/Hora Mínimo Horista de R\$ 2,72 e a taxa de BDI de 31%, chegamos ao valor corrigido de R\$ 231,41 para 10/2000, conforme memorial de cálculo de fls. 271. Comparando, então, esse valor corrigido com o da Tabela de 2002, obtemos um acréscimo de apenas 22,2%, conforme tabela abaixo. Essa é a variação que pode ser atribuída à elevação de custos de mercado e corresponde a um terço do incremento de 66,9% observado entre 10/2000 e 08/2002 para esse serviço. O erro no cálculo do custo unitário do Salário/Hora Mínimo Horista (código 1821) e a diferença na taxa de BDI correspondem, portanto, a dois terços dessa variação.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003

Fl. 283

040539 - Extração de Rocha a Frio em Valas

Tabela	Mão-de-obra	Equipamentos	BDI	BDI %	Total	Acréscimo
2000	16,31	131,15	22,00	14,9%	169,46	
2002	20,06	195,85	66,93	31,0%	282,84	66,9%
2000 corrigida	16,31	160,34	54,76	31,0%	231,41	
2002	20,06	195,85	66,93	31,0%	282,84	22,2%

I.1.2.2 – Transporte Mecânico de Material a Granel em Caminhão Basculante – 040940

28. O erro no valor da taxa de BDI também foi o principal fator responsável pela majoração em 73,3% do custo do serviço 040940 – Transporte Mecânico de Material a Granel em Caminhão Basculante. Nesse item, o BDI utilizado no cálculo do valor da Tabela de 2000 foi de 1,12%, enquanto que a taxa utilizada no cálculo do valor de 2002 foi de 31% (fls. 220/222). Ajustando o valor de 2000 para o BDI de 31%, a majoração do custo do serviço cairia para 33,2%.

I.1.2.3 – Execução de Pavimentação, Passeio em Concreto FCK=13,5 E=5,0 cm – 150801

29. Do exame do item 150801 – Execução de Pavimentação, Passeio em Concreto FCK=13,5 E=5,0 cm, verificaram-se aumentos elevados nos itens de materiais, com destaque para os subitens 100269 – Cimento CP-320 – 78,6% e 100846 – Madeira Tipo Sarrafo 4 x 1,50 cm – 61% (fls. 223/224). Essa variação de preços está respaldada em pesquisa onde foram cotados três fornecedores para cada subitem (fls. 231/232). Entretanto, a média apurada contém impropriedades, como a inclusão do valor histórico com defasagem de pelo menos dois anos e o cômputo de preços coletados com diferenças expressivas. Assim, no caso do Cimento CP-320, cotado a R\$ 0,32, R\$ 0,27 e R\$ 0,27, a média foi distorcida para R\$ 0,25, em razão do cômputo do valor histórico de R\$ 0,14. Portanto, apesar de o custo unitário do subitem haver sido majorado em 78,6%, o valor constante do orçamento é inferior a todas as suas cotações de mercado em 2002. Quanto à Madeira Tipo Sarrafo, cotada em R\$ 0,40, R\$ 0,31 e R\$ 1,50 por metro, o último valor cotado está muito fora da faixa e deveria ser substituído por outra pesquisa, de modo a não distorcer a média, comprometendo a sua representatividade. Contudo, o peso desse subitem na composição do custo da Execução de Passeio em Concreto é pequeno, sendo válida a observação apenas para evidenciar a falha na metodologia empregada.

30. Mais uma vez, o erro no percentual de BDI aplicado em 2000, de 5,6%, reduziu artificialmente o valor do item naquele ano, o que acentuou a

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003
Fl. 284

diferença em relação a 2002, quando foi utilizado o percentual correto de 31% (fls. 223/224). Sem o cômputo do BDI o incremento nos custos do item cai de 76,5% para 42,3%.

I.1.2.4 – Escoramento em Madeira para Valas de até 5,0 m de profundidade – 050101, 050105 e 050110

31. Os três últimos itens da seleção referem-se a serviços de escoramento em madeira para valas de até cinco metros de profundidade – códigos 050101, 050105 e 050110 (fls. 225/230). A composição desses itens é semelhante, o que motivou seu exame conjunto.

32. O insumo que mais contribuiu para o incremento dos preços de escoramento foi o subitem 100838 – Madeira Tipo Pranchão de 30 x 4 cm, que variou 86,3% e tem um peso significativo na composição dos custos. Cotado a R\$ 1.200,00, R\$ 1.300,00 e R\$ 1.350,00 por m³, a média foi distorcida para R\$ 1.111,69, em razão do cômputo do valor histórico de R\$ 596,75 (fls. 232). Portanto, apesar de o custo unitário do subitem haver sofrido majoração elevada, o valor constante do orçamento é inferior às suas cotações de mercado em 2002.

33. Outro subitem a destacar é o 100781 – Madeira Tipo Escora de Eucalipto D=12 cm, que sofreu acréscimo de 169,6%. Contrariamente ao verificado no subitem anterior, nesse a média das cotações de mercado foi distorcida para cima. Tendo em vista as cotações de R\$ 0,55, R\$ 0,57 e R\$ 2,50 por metro, verifica-se que o último valor está muito fora da faixa e deveria ser substituído por outra pesquisa, de modo a não distorcer a média, comprometendo a sua representatividade (fls. 232). Ressalte-se, entretanto, que o peso desse subitem na composição dos custos dos três itens escoramento é pequeno, sendo válida a observação apenas para evidenciar a falha na metodologia empregada na pesquisa de mercado.

34. Observa-se que também houve erro na taxa de BDI utilizada na Tabela de 10/2000 para os itens 050101, 050105 e 050110: 27,8%, 29,3% e 29,6%, respectivamente, sendo 31% o valor correto (fls. 225/230). O efeito desse erro, contudo, foi pequeno em relação à majoração total observada nesses serviços.

I.2 – BDI para Serviços

35. De forma geral, a maioria dos itens da Tabela de 10/2000 apresentou erros no componente BDI, que foi inferior ao aprovado pela Diretoria Colegiada da CAESB (fls. 209 e 216). Tal fato contribuiu para acentuar as diferenças de preços em relação à Tabela de 2002 e denota a fragilidade do

Sistema SODAE. Verificou-se que esse Sistema permite a modificação desse dado de forma diferenciada para cada serviço e sem controle de segurança. Apesar de a composição do BDI ser a mesma para todos os serviços, o SODAE permite que seja alterado esse componente, para qualquer valor, sequer exigindo senha de acesso. Mesmo na Tabela de 2002, constam diversos itens de serviços com percentuais de BDI inferiores a 31% (fls. 217).

II – CONCLUSÃO

36. O esclarecimento prestado pela CAESB, por intermédio do ofício de fls. 75/76, de que *“a última atualização da Tabela de Preços Unitários da CAESB se verificou em outubro/1999”* e de que a Empresa *“não adota reajustamento linear de sua Tabela, por meio de índices genéricos ou setoriais, mas, sim, promove levantamentos e verifica cotações para cada item mediante consulta ao mercado”*, não justifica, por si só, a variação média de 43,3% verificada entre os valores estimados para a Concorrência nº 023/2002-CAESB.

37. Considerando o período de atualização de preços de 10/1999 a 08/2002, a variação média esperada deveria ser da ordem de 28,5%, conforme a evolução dos indicadores de construção civil e mão-de-obra local (§ 8º). Excluídos 10 itens anômalos selecionados para exame mais detalhado, a majoração média dos preços na Concorrência foi efetivamente dessa ordem de grandeza (§ 9º).

38. O aumento de preços acima da média de mercado deve-se a erros tanto na base utilizada (tabelas de 1999/2000), que possuía valores abaixo do devido, quanto na atualização dos valores:

- a) diversos itens de serviços das tabelas de 1999/2000 tiveram considerados na composição de seus preços BDI inferior ao valor devido, enquanto que, na Tabela de 2002, constavam no percentual correto de 31% (§§ 25, 26, 28, 30 e 34);
- b) o Salário/Hora Mínimo Horista (código 1821) considerado no cômputo do custo de diversos equipamentos inseridos nos preços dos serviços foram calculados erroneamente nas Tabelas de 1999/2000, com base no Salário Mínimo Nacionalmente Unificado, quando o correto seria a partir do piso salarial da categoria de Servente, conforme calculado na Tabela de 2002 (§§ 22/24);
- c) erros no procedimento de cômputo da diferença de ICMS no preço dos Materiais Fornecidos pela Contratada resultaram em acréscimo de 10,7% nos seus respectivos preços na Tabela de 2002 (§§ 13 e 14).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003
Fl. 286

39. Observaram-se, ainda, duas impropriedades na metodologia de avaliação de preço de materiais que entram na composição dos serviços: o cômputo de preços coletados com diferenças expressivas e a inclusão, no cálculo da média, do valor histórico. Essas falhas, no certame analisado, não resultaram em aumento significativo no valor dos serviços (§§ 29, 32 e 33).

40. Por fim, o Sistema de Orçamentos das Diretorias de Água e Esgotos – SODAE, possui grave falha de segurança e concepção, pois permite a existência de BDI distinto para cada serviço, em desacordo com a Resolução da Diretoria nº 35/99, e não possui controle em relação à alteração desse valor (§ 35).

41. Apenas a falha relativa ao item "c" do § 38, acréscimo indevido nos preços unitários de diversos Materiais Fornecidos pela Contratada em decorrência de erros no cômputo da diferença de ICMS, poderia resultar em orçamento superavaliado. Entretanto, foi compensada, neste Certame, por outro erro: a inserção, na base de dados do sistema SODAE, de valor inferior ao orçado para o item 124330 – Tubo PVC Reforçado PB JE DN 100 mm (§ 15).

42. Assim, os erros e impropriedades detectados na Inspeção não tiveram maiores implicações no valor total do certame em exame. Isso, entretanto, não lhes retira a relevância, pois, poderão produzir graves distorções em outros orçamentos tendo por base a tabela de preços vigente. Portanto, faz-se necessária a adoção de providências pela CAESB para correções das falhas apontadas, com reflexos na Tabela de Preços.

III – SUGESTÕES

43. Diante do exposto, sugere-se ao Eg. Tribunal que:

- I. tome conhecimento: a) do ofício de fls. 75/76 e dos documentos que o acompanham; b) do resultado da inspeção realizada;
- II. considere cumprida a diligência a que se refere o item II, "a", da Decisão nº 765/03;
- III. suspenda os efeitos do item II, "b", da mesma Decisão, permitindo a conclusão da Concorrência nº 023/2002;
- IV. dê conhecimento à direção da CAESB do resultado da inspeção realizada, nos termos do art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 01/94, determinando àquela Empresa que, em 60 dias, proceda as correções das falhas apontadas e informe ao Tribunal as providências adotadas;

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
3ª ICE - Divisão de Acompanhamento

Processo nº 105/2003
Fl. 287

V. determine o retorno dos autos à 3ª ICE, para as providências decorrentes do item precedente.

À consideração superior,

Brasília, 02 de abril de 2003

Eduardo Sousa Dias
AFCE matr. 440-5

Hugo Alexandre Galindo
AFCE matr. 471-5